

## Arruda: preço desigual do óleo prejudica regiões



Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ontem que a desqualificação dos preços do

óleo combustível e da energia elétrica "seria uma medida catastrófica" para as regiões menos desenvolvidas do país. O senador pediu bom senso das autoridades do setor energético, assinalando que se houver a liberação do preço desses produtos, a exemplo do que ocorreu com o gás, gasolina e álcool, "podemos cometer erros irreparáveis".

- A desqualificação inviabilizaria a indústria nas regiões que não possuem refinarias, como é o caso do Centro-Oeste. O óleo combustível é insumo fundamental para essas indústrias. Se o preço que elas pagam pelo óleo for mais alto, devido ao frete cobrado pelo transporte desde as refinarias, não teriam condições de concorrer com as indústrias instaladas nas regiões mais desenvolvidas, como as do Sudeste e do Sul, localizadas próximas às refinarias - afirmou.

Arruda advertiu que as indústrias que começam a surgir nas regiões mais carentes, para as quais levam desenvolvimento e emprego, estariam "condenadas à morte" com a desqualificação. O senador disse que é um adepto fervoroso das reformas, mas, acentuou, elas devem ser implementadas de forma a propiciar a correção das desigualdades sociais e da injusta distribuição de riquezas entre as regiões do país.



Piva é o relator do acordo do Banespa. Tebet deu parecer às emendas oferecidas ao relatório sobre Sivam

## CAE pode decidir hoje empréstimo do Banespa

*Outro assunto de destaque, pautado para amanhã, é o parecer de Tebet às emendas de plenário ao relatório sobre o Projeto Sivam*

Na agenda desta semana das comissões do Senado, está prevista a definição sobre dois assuntos de grande repercussão: o acordo do Banespa e o caso Sivam.

Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, a partir das 10h, o relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) favorável a empréstimo ao governo de São Paulo para liquidação de metade de sua dívida junto ao Banespa.

Amanhã, as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle apreciam, às 10h, o parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) às emendas de plenário ao relatório sobre o Projeto Sivam.

Na reunião de hoje, além do acordo do Banespa, a CAE vai examinar outros 15 itens, entre os quais projeto de resolução que trata da prestação de informações à comissão sobre a execução da política monetária pelo Banco Central. A comissão apreciará também mensagem do presidente da Repú-

blica solicitando autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 78 milhões, de principal, entre o Brasil e o BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização Tecnológica e de Fortalecimento das Capacidades Gerencial, Normativa e Operacional da Secretaria da Receita Federal.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai reunir-se amanhã para votar, entre outros, o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a continuidade de execução das obras públicas.

O governador do DF, Cristovam Buarque, e o ministro dos Transportes, Odacir Klein, comparecem hoje ao Senado. Cristovam falará, às 10h30, à Comissão Especial que estuda a reforma político-partidária e Klein fará exposição, às 11h, na Comissão Especial destinada a regulamentar emendas à Ordem Econômica. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também se reúne hoje às 10h.

## Ademir teme violência em Serra Pelada

A tensão em Serra Pelada aumentou no último fim de semana e pode gerar mais um episódio de violência no Pará, segundo alertou ontem Ademir Andrade (PSB-PA).

O senador disse que a Companhia Vale do Rio Doce "está intransigente e os garimpeiros resolveram radicalizar". **Página 4**

## NESTA EDIÇÃO

**Reeleição ajuda a democracia, afirma Valmir**

**Página 3**

**Alterações na CLT vão a plenário**

**Página 2**

# Plenário vota hoje alterações na CLT

*Também está na pauta de seis itens para debate o projeto que trata da participação da sociedade nos colegiados de órgãos da administração pública federal*

A pauta do plenário do Senado para hoje prevê a votação de projeto de lei da Câmara que altera a CLT, dispondo sobre a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista. Seis matérias estão na Ordem do Dia para discussão. Entre elas, substitutivo do Senado a projeto de lei da Câmara que trata da participação das associações, entidades de classe e sin-

dicatos nos colegiados de órgãos da administração pública federal e substitutivo a projeto de lei da Casa sobre as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias.

Amanhã (quarta-feira), a pauta prevê a votação nominal de renovação de concessões a emissoras de rádio e televisão, a votação, em primeiro turno, da proposta de emen-

da à Constituição que trata dos resseguros, e a apreciação, em sessão secreta, de indicações de embaixadores.

Nesta quinta-feira, o plenário do Senado deverá discutir cinco projetos de lei da Câmara, entre os quais o que dispõe sobre as colônias, federações e Confederação Nacional dos Pescadores e os que tratam de concessão de pensão especial.

## Sinopse na homepage do Senado

A sinopse da Radiobrás é o mais novo serviço disponível na homepage do Senado na Internet, que poderá ser acessado pelos gabinetes. A Radiobrás fornece também a íntegra dos pronunciamentos do presidente da República e informações sobre ciência e tecnologia. Para acessar os serviços, basta abrir a página eletrônica do Senado na Internet e clicar o mouse em "Lista de outros provedores de informações", que abrirá nova página, na qual encontra-se a chamada da Radiobrás, com um ícone ao lado escrito "novo".

## José Ignácio propõe Comissão de Ciência

Projeto que cria, no Senado, uma Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações foi apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), com o objetivo de permitir "uma participação maior da Casa

na formulação e controle das políticas referentes àqueles setores". O senador disse que a proposição atende a recomendações da



Ignácio

Mista Parlamentar de Inquérito que avaliou as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro e da que apurou as irregularidades da

Comissão TV Jovem Pan.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLC nº 81/94**, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; **\*Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/95**, que dispõe sobre a participação das associações, entidades de classe e sindicatos nos colegiados de órgãos da administração pública federal; **\*PLC nº 98/94**, que modifica a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, para estendê-la à segurança, saúde e interesses difusos dos trabalhadores; **\*PLS nº 264/95**, que altera a redação da alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; e segundo dia de discussão em segundo turno da **\*PEC nº 27/95**, que veda a participação de membros do Ministério Público na política.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*Projeto de Resolução nº 123/95 (não terminativo)**, que dispõe sobre a prestação de informações à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências; **\*PLC nº 41/91 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção do trabalho doméstico, e dá outras providências; **\*PLS nº 229/95 (não terminativo)**, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, e dá outras providências; **\*Mensagem nº 139/96 (não terminativo)**, do presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal para contratação de crédito externo, no valor equivalente a até 78 milhões de dólares, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Modernização Tecnológica e de Fortalecimento das Capacidades Gerencial, Normativa e Operacional da Secretaria da Receita Federal; **\*PLC nº 198/93 (não terminativo)**, que agrava a mora salarial da empresa na reincidência; **\*PLC nº 104/95 (não terminativo)**, que determi-

na que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios, e dá outras providências; **\*Mensagem nº 359/95 (não terminativo)**, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1995, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes; **\*PLC nº 122/93 (não terminativo)**, que determina a devolução aos seus legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157, e dá outras providências; e **\*Ofício "S" nº 14/96 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do Estado de São Paulo acerca do pedido de financiamento a ser concedido pelo Tesouro Nacional àquele estado, para liquidação de metade de sua dívida junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, no valor de R\$ 7,5 bilhões. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h30 - Comissão Temporária da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Exposição do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

**Pauta:** Exposição do ministro dos Transportes, Odacir Klein, referente à Emenda Constitucional nº 7, que trata da navegação de cabotagem e Interior. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

#### 14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.415/96, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da previdência social, altera alíquotas de contribuição para a seguridade social e institui contribuição para os servidores inativos da União

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

### ESPECIAL

**9h - Seminário "A dívida do setor público sob o enfoque orçamentário"**, promovido pela Consultoria de Orçamentos do Senado. Local: Auditório Petrólio Portella.

# Campos defende política habitacional duradoura

*Senador sugere que se reflita sobre soluções simples e eficazes adotadas por estados e prefeituras para enfrentar o déficit de 3,3 milhões de moradias na área urbana*

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem a necessidade de se adotar uma política habitacional duradoura para o Brasil, "em que se estabeleçam as prioridades e em que se criem efetivas condições para que cada família possa ter o seu lar".

O senador observou que investir em moradia é importante



Júlio Campos

não só para resolver o problema representado pelo déficit de 3,3 milhões de moradias na área urbana, mas também para criar empregos para uma faixa da população normalmente carente e onde é abundante a mão-de-obra desempregada.

Como exemplo de forma ba-

rata e segura de edificação, Júlio Campos referiu-se ao projeto Cingapura, conduzido na cidade de São Paulo pelo prefeito Paulo Maluf, e ao sistema de mutirão aplicado em Goiás pelo então governador e atual senador Iris Rezende. O senador por Mato Grosso observou que existem por todo o Brasil outras experiências simples e eficientes que precisam ser avaliadas e incentivadas

pelo governo federal.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o governo de Fernando Henrique Cardoso tem tomado iniciativas eficazes nesse campo, entre elas a concessão de financiamentos habitacionais e um plano de ação que será levado à Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (a Habitat 2), no próximo mês, em Istambul.

## Senado inicia debate sobre a dívida pública

No primeiro dia do seminário "Dívida do setor público sob o enfoque orçamentário", promovido pela Consultoria de Orçamento do Senado, os participantes do encontro foram informados ontem da metodologia utilizada pelo Ministério da Fazenda para o cálculo dos valores dessa dívida na lei orçamentária anual. A informação foi dada, durante os debates, por Luiz Tarquino Sardinha Ferro, coordenador-geral da Dívida Pública.

Antes, Carlos Augusto Dias de Carvalho, diretor do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central, falou das origens e da evolução histórica da dívida pública, assim como sobre a relação entre déficit público e dívida. Ele afirmou que o Senado tem dado importante contribuição para evitar que essa dívida cresça, mediante a fiscalização das operações de antecipação da receita orçamentária.

O seminário prossegue hoje, às 9h, no auditório Petrólio Portella, com uma palestra do professor Paulo Nogueira Batista Júnior (FGV/SP) sobre a dívida pública brasileira. Em seguida, falará o diretor do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, sobre o processo de endividamento de estados e municípios.

## Lúcio Coelho condena "minorias que tenta contrariar a lei e a ordem"

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), ao comentar ontem a invasão do Ministério da Fazenda e de centrais elétricas por servidores, disse que "existe uma corrente minoritária da opinião pública que quer contrariar a ordem e a lei". Segundo o senador, "a maioria silenciosa do povo brasileiro apóia o programa de reestruturação do país, e o presidente Fernan-

do Henrique Cardoso deve estar atento à vontade da sociedade, que espera pelas reformas".

- Não podemos permitir o desrespeito à autoridade constituída. O presidente da República precisa ter a cautela que sempre teve, como vem sendo portado na condução do



Lúcio Coelho

país, mas com energia suficiente para resguardar os interesses maiores da nossa pátria - afirmou.

Lúcio Coelho disse que se encontrava em Buenos Aires, participando de reunião do Mercosul, quando soube da invasão praticada por servidores públicos.

## Para Valmir, reeleição fortalece a democracia

"Vejo o instituto da reeleição como fortalecedor do processo democrático", afirmou ontem o líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), ao defender a adoção da medida pelo Brasil, desde que acompanhada de mecanismos de proteção do Estado e de coibição do uso indevido da máquina administrativa.

Para Valmir Campelo, a reeleição é um instrumento democrático que permite ao eleitor "produzir o mais sumário, direto e contundente julgamento da administração de um governante, funcionando, para quem governa, como mais um



Valmir Campelo

instrumento de cobrança do governado". Ele explicou que o risco da derrota na reeleição induz o governante a ser mais cauteloso em seus atos e mais zeloso no cumprimento de suas promessas e compromissos.

O senador lembrou que a reeleição é praticada com êxito nos Estados Unidos, e disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem todo o direito de pleiteá-la. "Ele está fazendo uma administração ousada e renovadora, que exige sacrifícios da sociedade, mas que lhe oferece a perspectiva de um país economi-

camente saneado num futuro próximo", acentuou.

Conforme Valmir Campelo, "jamais, em toda a sua carreira, o presidente foi, em momento algum, questionado em sua reputação de homem probo", razão pela qual, na opinião do senador, Fernando Henrique não mudaria agora, quando exerce a chefia do Poder Executivo.

Segundo Valmir, o Brasil tem plenas condições políticas de adotar o instituto da reeleição, visto que nos últimos anos empenhou-se em sanear a vida pública, tendo aprovado até o impeachment de um presidente da República de maneira absolutamente pacífica.

# Ademir: tensão em Serra Pelada pode acabar em violência

*Conflito de interesses entre Vale do Rio Doce e garimpeiros, aos quais empresa nega indenização pela exploração de ouro, pode levar à radicalização, alerta senador*

## Alcântara diz que Fortaleza exige novo modelo de gestão

Os problemas da região metropolitana de Fortaleza exigem um planejamento estratégico de natureza multissetorial que não cabe numa "visão estreita", pautada pela governabilidade de cada prefeitura ou pelas atribuições burocráticas de órgãos do governo estadual. Esta foi a conclusão a que chegou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a partir das discussões ocorridas no Seminário Fortaleza 2020, realizado no último dia 3, no Centro Industrial do Ceará.



Alcântara

Entre os caminhos para a construção desse novo modelo, o senador destacou, ontem, a criação de um cadastro de informações metropolitanas e de um sistema intermodal de transportes de massa. Além destes, ele referiu-se à necessidade de se promover a inserção das prefeituras municipais da região metropolitana de Fortaleza nos conselhos de administração dos órgãos estaduais de infra-estrutura e transportes, e o desenvolvimento de um programa de apoio ao turismo envolvendo as administrações municipais.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou ontem que a tensão em Serra Pelada chegou a um nível muito alto no último final de semana, depois que a Cia. Vale do Rio Doce se recusou a indenizar os 22.600 garimpeiros da cooperativa, aceitando fazer pagamentos apenas aos 6 mil trabalhadores que ainda se encontram na área. "A Vale está intransigente e os garimpeiros resolveram radicalizar.



Ademir

Essa tensão pode acabar em mais um episódio de violência no Pará", disse ele.

A tensão vem aumentando desde que a Vale anunciou a descoberta de minas com um potencial para 150 mil quilos de ouro em Serra Leste, a poucos quilômetros de Serra Pelada, conforme Ademir. Os garimpeiros afirmam que Serra Leste faz parte de Serra Pelada e, portanto, a área tem de ser aberta aos trabalha-

dores desse garimpo. No acirramento de ânimos, os garimpeiros decidiram paralisar as 16 sondas contratadas pela Vale para pesquisar a área.

Requerimento com pedido de informações ao ministro de Minas e Energia foi apresentado à Mesa do Senado por Ademir. Ele quer conhecer em detalhes as sondagens feitas em Serra Leste pela Vale. O senador já fez pedido parecido, mas a empresa apresentou dados que não respondiam a suas indagações.

## Gilvam vê luta ideológica em ações de sem-terra

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ontem às lideranças políticas e religiosas que orientem os trabalhadores rurais sem-terra a usarem a tática da conversação e do diálogo, e não o confronto com a polícia. O senador disse que o recente conflito entre sem-terra e policiais militares no Pará é resquício de uma luta ideológica.



Gilvam

Salientando que o governo deve investigar não apenas a atuação policial, mas também a responsabilidade intelectual dos ativistas e ideólogos que estariam por trás do movimento, Gilvam Borges disse que "essas lideranças manipularam os trabalhadores sem-terra e os levaram ao confronto direto com os policiais, e isso é um ranço ideológico que não pode e não deve continuar".

- Peço a complacência, a paciência, a sabedoria e a maturidade das lideranças políticas, porque botar essas pessoas para marchar contra a baioneta é covardia, é desonestidade - afirmou, acrescentando que, "de um lado, botar um braço armado do Estado e, de outro, camponeses para marchar em cima, é suicídio, é confronto".

O senador considera justo que a população se organize para reivindicar seus direitos, mas dentro da lei.

Gilvam Borges foi apertado pelo senador Ademir Andrade, para quem o problema dos sem-terra no Pará "é uma questão de necessidade, e, assim como fizeram Estados Unidos e México, o Brasil também precisa fazer reforma agrária".

## Benedita quer enfermeiro com jornada menor

Ao registrar o Dia do Enfermeiro, transcorrido no domingo, a senadora Benedita



Benedita

da Silva (PT-RJ) conclamou ontem deputados e senadores a derrubarem veto do presidente Fernando Henrique Cardoso a projeto que estabelece jornada especial de 30 horas de trabalho para enfermeiros. Benedita destacou que, na área de saúde, só os enfermeiros não têm jornada especial.

A senadora argumentou que a maioria dos enfermeiros trabalha em condições inadequadas, em pé por longas horas e estressados em plantões noturnos.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal